

ITINERÁRIO DO ENSINO DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Norma Sueli Rosa Lima (UERJ-FFP)

Resumo: Com a finalidade de compreender o atual quadro do ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, foi traçada a sua trajetória a partir das primeiras instituições que o realizaram, no Brasil e em Portugal. Além disso, há o exame da complexa relação que envolve tornar escritos literários em disciplina, na análise das questões ideológicas que envolvem hegemonia e currículo, com Nilma Lino Gomes e Laura Cavalcante Padilha. O espaço e o não espaço para estas produções também estão dispostos, coadunados com a Lei 10.639/2003. **Palavras-chave:** Literaturas Africanas de Língua Portuguesa; Ensino; Hegemonia.

Abstract: In order to understand the present framework of the teaching of African Literature of Portuguese Language, its trajectory was traced from the first institutions that carried it out, in Brazil and in Portugal. In addition, there is the examination of the complex relationship that involves making literary writings in discipline, in the analysis of ideological issues involving hegemony and curriculum, with Nilma Lino Gomes and Laura Cavalcante Padilha. The space and the space for these productions are also arranged, in line with Law 10.639/2003.

Keywords: African Literature of Portuguese Language; Teaching; Hegemony.

Situar o percurso das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa enquanto disciplina estabelecida nos currículos leva a reflexões que sinalizam a urgência da mudança paradigmática da estrutura de aprendizagem, no contexto burocrático em que se inserem os espaços institucionais do saber (PETITA,

1994, p.144), com conteúdos hierarquizados e finalidades específicas. As do ensino de Literatura realizadas no Brasil do século XIX e em boa parte do XX eram as de aperfeiçoar a aprendizagem da Língua Portuguesa, considerada a expressão “nacional”, em detrimento de tantas outras faladas pelos indígenas e afrodescendentes nos espaços de resistência (aldeias, comunidades quilombolas ou das práticas religiosas), servindo de exemplos para a língua vernácula, a qual deveria ser aprendida através da leitura de obras canônicas copiadas como referências de “norma culta”.

A Reforma 5.692, de 1971, modificou toda a metodologia de ensino para as Literaturas, concentrando-as no segundo grau (atual ensino médio), tornando-as disciplinas prescritivas e direcionadas aos que iriam prestar os exames de Vestibular (os matriculados no “ensino profissionalizante” não tinham direito aos estudos da Literatura ou da Filosofia, pois no novo currículo estas matérias foram substituídas por outras como “Contabilidade”, “Administração de empresas”, etc.). Neste quadro, os conhecimentos literários não iam muito além de decorar nomes de autores, relacionando-os às suas principais obras e às características dos estilos, cabendo ainda ressaltar a diminuição do espaço para os estudos de Literatura Portuguesa e o total desconhecimento

das Literaturas Africanas, no clima mais ajustado da “neocolonialidade curricular” (PADILHA, 2010, p.3), apesar do mérito de textos de autores africanos já terem circulado, no início de 70, em pioneiro livro didático organizado pela Professora Dirce Côrtes Riedel (LIMA, 2016).

Mesmo duas décadas depois, com a chegada da LDB 9694/1996 que pretendeu corrigir muitos dos erros pedagógicos contidos na 5.692, a Literatura continuou sitiada no ensino médio, apesar da tentativa de incentivar a leitura, ao privilegiar o trabalho com os gêneros textuais (LIMA, 2016). Ao longo das décadas, as mudanças legislativas que orientavam as práticas metodológicas não serviram para despertar o amor pelos livros, nem para a transformação de alunos em leitores. Se nos documentos oficiais do MEC a Literatura é lembrada como necessária para a fruição estética, não deixa de ser pertinente também relacioná-la com a sua função humanizadora, quando o “leitor [...] se sente participante de uma humanidade que é sua e, deste modo, pronto para incorporar à sua experiência humana mais profunda o que o escritor lhe oferece como visão da realidade” (CANDIDO, 2002, p.89-90).

Por este motivo a leitura literária transcende tempos históricos na identificação, por seus leitores, de temas que não estão condicionados a existirem apenas nos períodos

assinalados pelos estilos de época, justamente por fazerem parte da condição humana de todos os tempos. Sabendo desta sua força, cenários autoritários a apreendem como fonte de subversão, preferindo ensiná-la através da “bitola ideológica dos catecismos” (CANDIDO, 2002, p.84), catecismos estes que podem, modernamente, ser traduzidos como a famigerada “escola sem partido”, bandeira dos que pensam que estes estabelecimentos realizam a doutrinação que irá transformar jovens em homossexuais, esquerdistas, promíscuos, etc. Os críticos do pensamento livre parecem temer a diversidade que enriquece ou apostam em uma formação que tenha como finalidade produzir alunos conformistas, obedientes, direitistas, confundindo transmissão de conteúdos e debate de ideias contrárias com incutir valores e princípios que convertam, esquecendo-se de que “o mundo é complexo, a sociedade é complexa, e a educação, quando é boa abre para este mundo e esta sociedade complexos” (RIBEIRO, 2016).

O fato de a Literatura Portuguesa estar sendo minimizada nos currículos pode ter sido uma das consequências das concepções nacionalistas que guiaram os espíritos republicanos: quiseram romper os laços com o passado luso a fim de estreitarem contato com o que percebiam simulacro e ideal de “civilização” - a cidade de Paris. Ao darem as costas para tudo

o que lembrasse o “passado colonial”, optaram pelo “torcicolo cultural” (SCHWARZ, 1987, p.26) na mirada exclusiva de um modelo pretendido de sociedade, bastante copiado, inclusive, na fase da Belle Époque, cujo principal slogan era “O Rio Civilize-se!”. Se na época da fundação do Colégio Pedro II os estudos portugueses ocupavam espaço generoso na grade que servia de modelo nacional, na atualidade a esta perspectiva reside em algumas poucas escolas cariocas e em maior número na cidade de São Paulo – para citar apenas duas das principais metrópoles brasileiras.

O ensino da Literatura sofre de problemas graves que prejudicam a sua perfeita transmissão. Optou-se, há muito, pela manutenção da tradição do século XIX que impõe uma apreensão do objeto literário a partir de suas características nacionais. Tal atitude levantou barreiras que, muitas vezes, mostram-se intransponíveis. As instituições, não raro, procuram mimetizar o mapa europeu, dividindo-se em línguas que possuiriam afinidades filológicas, esquecendo-se de que esta configuração obedece a uma visão positivista ao relacionarem as culturas por parentesco genésico e biológico. Assim, deixam de lado as transformações culturais que tiveram como palco o século XX e que deram um novo sentido à produção literária. O preconceito nacionalista dos estudiosos do século XIX sobrevive, até hoje,

quando se discute, por exemplo, a pertinência dos estudos de Literatura Portuguesa nos 2º e 3º graus. Tal atitude, que só podemos classificar de bárbara, desconhece que a Literatura atravessa fronteiras geográficas e históricas e que nela a barreira linguística representa um detalhe que não impede a sua plena produção. (LUGARINHO, 1996, p.80)

A partir do quadro nada animador, caberia pensar em que espaço ocorreu o ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e em quais, atualmente, seria acessado. Um marco importante que propiciou maior interesse para esta produção foi a alteração do artigo 24 da LDB 9694/1996, que tornou obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira, através da Lei 10.639/2003, fazendo com que os escritos africanos passassem a ser considerados como material instrucional complementar ao livro didático, que nunca ou raramente os veiculava. Um impasse, entretanto, comprometeu a plena execução da Lei: o fato de a maioria dos professores não terem tido, em suas formações no Curso de Letras, contato com as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. O itinerário desse ensino, no Brasil, evidenciou começo árido nos anos 70, devido ao contexto opressivo no qual se desenvolveu e mesmo quarenta anos depois, com a obrigatoriedade da 10.639, ainda demoraria algum tempo para a adequação dos currículos às demandas sociais das políticas públicas.

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. (GOMES, 2012, p.99)

Parece ser consenso que a iniciativa pioneira do ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa coube à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando em 1970 o então jovem Professor de Literatura Portuguesa, Jorge Fernandes da Silveira, estimulado pelo contato que tivera com o excelente acervo contendo diversos textos de autores africanos do falecido Professor Thiers Martins Moreira, resolveu ir além da pesquisa social, para a confecção de “duas antologias que, no mesmo ano, acompanharam, com um número não insignificante de alunas e alunos, no primeiro curso de africanas no Rio e, quiçá, no Brasil” (SILVEIRA, 2010, p.154). A estreita relação entre estas Literaturas de África e a Literatura Portuguesa, nas fases iniciais de sua implementação, se geraram protestos dos

seus primeiros estudiosos brasileiros motivados pelo desejo de promover a sua autonomia curricular (que não deixava, igualmente, de ser o da sua emancipação política, quando ainda eram colônias de Portugal, fato que só terminaria em 1975), por outro lado serviu de estímulo para um contato inicial com seus autores, ainda em um contexto com raros interessados por elas, por serem quase que totalmente desconhecidas para a maioria.

Na mesma década de 70, outras iniciativas se uniram à da UFRJ, sempre no âmbito da Literatura Portuguesa, realizadas pela Profa. Maria Aparecida Santilli, da USP, e pela Profa. Vilma Arêas, na PUC-Rio. Nestes momentos iniciais, os pioneiros enfrentaram toda a sorte de preconceitos a respeito destas produções, vistas como “exóticas” ou destituídas de qualidade literária.

Um breve olhar para um passado não tão distante assim – fins dos anos 60 e 70 – ajuda-nos a lembrar as reações que os primeiros pesquisadores dessas literaturas encontraram em seu caminho. A mais comum era a acusação de panfletarismo levantada contra os textos africanos de cuja literariedade abertamente se desconfiava. Tal se dava a partir do fato mesmo de que se faziam por demais evidentes os contrafortes contraideológicos em que tais produções se sustentavam. Os especialistas

emergentes, que por sua vez, eram acusados de usarem os textos como pretextos para a discussão do próprio projeto político ideológico brasileiro que oficialmente se alimentava nos soturnos porões da ditadura militar. A intervenção crítica era vista como um gesto que privilegiava o ideológico em detrimento do estético [...]. (PADILHA, 1997, p.264)

A ponderação acima referente aos anos 70 e feita há 20 anos, apesar de todos os esforços dos precursores e dos que com eles caminharam na estrada desses estudos, infelizmente não está desatualizada, haja vista um comentário feito recentemente por um aluno da minha disciplina de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, no recém-criado Mestrado em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, referente a ter ouvido, de uma outra pessoa, esta mesma errônea ideia...

Devido ao fato de em seus primeiros momentos estas Literaturas terem sido viabilizadas por docentes brasileiros da área de Literatura Portuguesa, vale a pena percorrer o percurso desse ensino em Portugal onde, desde a década de 60, os escritos africanos circulavam através de cadernos, coleções e antologias organizadas por grupos progressistas como os da Casa dos Estudantes do Império ou da editora Imbondeiro, sofrendo censura e repressão. Após o ataque

à Sociedade Portuguesa de Escritores – que em 1965 concedera o Grande Prêmio de Novelística para o angolano Luandino Vieira, por *Luuanda* –, estes textos se tornaram mais raros, fato que só se normalizaria nove anos depois, com o advento do 25 de abril, quando finalizada a ditadura de Salazar/Marcelo Caetano, estes autores passariam a ser publicados. A iniciativa histórica de abrir a disciplina na Graduação esteve a cabo da Universidade de Lisboa.

Recordamo-nos perfeitamente que, dada a penúria nesses primeiros anos de pioneirismo, praticamente só foi possível mercê das obras que circularam por empréstimo ou em xerocópia, sacadas da nossa biblioteca pessoal, produto de um trabalho de longos anos, na acumulação do que nos fora possível acumular, incluindo obras clandestinas ou apreendidas à nascença.

Quanto a nós, e virando agora a página do nosso exórdio, o problema central do ensino das literaturas africanas em Portugal – e tudo leva a crer que na Europa – talvez menos na América, e um pouco menos no Brasil, está na abissal diferença da natureza social e antropológica do universo africano em contraste com o universo europeu ou americano. Culturas e civilizações diferentes, hábitos, instituições sociais, culturais, religiões, conceitos de vida, modo de entender o transcendente, o modo de encarar os vivos e os mortos,

os deuses e os homens, o Além e a vida terrena – tudo difere. E essa diferença está inscrita nos textos. E para que se compreendam os textos, na sua amplitude, é necessário compreender o contexto. (FERREIRA, 1989, p.264)

As ponderações acima, que refletem o calor da hora das primeiras recepções destas Literaturas em Portugal, evidenciam o estranhamento inicial do olhar do Ocidente para culturas diferenciadas de seus próprios parâmetros. É interessante, por outro lado, a menção às afinidades entre Brasil e África, tendo estas já sido assinaladas por vários autores, principalmente pelos fundadores da *Revista Claridade*, em Cabo Verde, como se pode constatar no clássico poema de Jorge Barbosa no explícito diálogo com autores da 1ª geração modernista (Mário de Andrade e Oswald de Andrade), na homenagem ao português brasileiro, previsto no “Manifesto da Poesia Pau Brasil”: “A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.” (ANDRADE, 1985, p.327) representado na troca do pronome pessoal “tu” pelo de tratamento “você” – vossa mercê/você: “Havia de falar como Você,/com um i no si/-’si faz favor’-/de trocar sempre os pronomes para antes dos verbos/-’mi dá um cigarro?’ (BARBOSA, 2002, p.136). Mesmo no

século XIX, ainda que em contextos não identificados com as reivindicações de bases identitária e nacional – como as que ocorreram na fase da revista “Clareza” e nas décadas posteriores – a presença brasileira se fez presente em alguns poemas, como no do angolano José da Silva Maia Ferreira, autor do primeiro livro africano: “Também invejo o Brasil/ Sobre as águas a brilhar” (FERREIRA, 2002, p.27) ou no do são tomense Caetano da Costa Alegre, em alusão irônica ao poeta Castro Alves “‘Era um sonho dantesco’..., repetia/ Aquela pálida e gentil morena [...] Imaginando o sonho que seria./Que estranha criança! Que loucura!” (ALEGRE, 1994, p.45).

De volta às homenagens aos desbravadores destes estudos no solo nacional, vale lembrar a Profa. Maria Aparecida Ribeiro, também de Literatura Portuguesa, que nos anos 80 ofereceu a disciplina no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como eletiva, mas pela primeira vez com a independência de ter o seu nome descrito como Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. A partir da década de 90, após 20 anos das primeiras iniciativas no campo do ensino destas Literaturas, já era possível vislumbrar um número razoável (ainda pequeno) de pesquisadores e, como consequência, começaram a surgir

alguns eventos que tinham por objetivo reunir estudiosos da área, como ocorreu no *I Encontro de Professores das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, realizado na UFF em 1991. A partir deste Encontro se convencionou abrir espaço para debates acerca destas experiências de ensino, procedimento que viria a ser constante nos que se seguiram, ainda que com grandes espaçamentos (o último foi o VI, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2016). No I Encontro, uma imagem ilustrativa do legado de duas décadas foi trazido na fala da Profa. Tânia Macêdo, atualmente da USP, que realizou remissão às sementes para lembrar dos professores pioneiros, ao tronco, símbolo tanto das primeiras dissertações de mestrado quanto do apoio da União dos Escritores Angolanos (UEA) – que junto à UFF promovera o evento e vinha ajudando interessados, “no sentido de proporcionar viagens de estudos e auxílios de estadia em Angola, fornecendo as bases para que as pesquisas e o intercâmbio se efetivassem” (MACÊDO, 1995, p.277). Embora reconhecendo o salto qualitativo, a docente realizou alguns questionamentos na sua reivindicação a que, às sementes e ao tronco se juntassem florestas: “ainda somos professores de uma disciplina inexistente [...] a disciplina não existe na grade curricular da esmagadora maioria dos Cursos de Letras do nosso país” (MACÊDO, 1995, p.279).

Quatro anos depois, o *I Seminário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, ocorrido na UFRJ, trouxe atualizações dos avanços na área, quando a disciplina já passara de eletiva a obrigatória, tanto na UFRJ, quanto na USP, observado que fora a partir da Pós-Graduação que se chegara à Graduação (ABDALA, 1996, p.69). Um importante aspecto é evidenciado neste artigo quando o caminho dos estudos comparados entre as Literaturas de Língua Portuguesa foi considerado fatal para o desenvolvimento das Africanas no Brasil, privilegiando os estudos comparados. Estes já vinham sendo adotados, através de uma perspectiva teórico-metodológica, nos anos de chumbo como forma de resistência. Ao pôr em diálogo textos de autores portugueses, brasileiros e africanos, pretendia-se “verificar o que havia de África e de Portugal na Cultura Brasileira, a par dos comunitarismos políticos-sociais” para o desenvolvimento de “reflexões, pesquisas, que pretendo que se voltem para as necessidades dessa mesma sociedade” (ABDALA, 1996, p.70). Este procedimento intertextual estratégico não se esgotou na década de 70, tendo avançado, permanece até hoje como uma abordagem bastante recorrente em dissertações e teses defendidas nos âmbitos nacional e internacional, fazendo valer os fortes laços identitários entre estas nações (principalmente entre a África e o Brasil).

Por outro lado, é preciso ressaltar que as publicações sobre as Africanas se multiplicaram, nesses vinte e tantos anos, e já vem sendo reconhecidas dentro e fora do espaço nacional. Para que tais produções científicas tivessem êxito, convém lembrar, muito contribuíram e contribuem os cursos de pós-graduação que, desde a década de 80, formam uma massa crítica considerável pela qual se dissemina uma leitura de África, impensável até bem pouco tempo. A interdisciplinaridade e o comparativismo são as forças axiais em que tais estudos acadêmicos se vêm alicerçando na área das Letras. Com isso –ou seja, pela tentativa de, por um viés transdisciplinar, tornarem-se mais visíveis alguns recessos da cultura nacional -, nós, estudiosos, acreditamos estar contribuindo para a reversão da opacidade por tanto tempo existente. Só assim cremos ser possível mudar o contorno da imagem de nossa distorcida face projetada no espelho da história, espelho em que, por muito tempo, se elidiu a pluralidade do sujeito nacional, pelo fato mesmo de que a contribuição simbólica dos primeiros habitantes da terra e dos que para cá vieram como escravos foi sempre considerada, sumariamente, de menor ou quase nenhuma importância. (PADILHA, 2010, p.6)

O apoio da União dos Escritores Angolanos para o desenvolvimento das Literaturas Africanas no Brasil foi, novamente, aludido no I Seminário da UFRJ, e a dedução é que esta colaboração tenha incentivado um maior número

de análises desta Literatura na ocasião, gerando orientações acadêmicas em maior número nestas produções até hoje, naturalmente sem tirar destas o mérito:

É exemplar o caso de Angola (país em certa medida privilegiado em função de seu potencial econômico), onde o movimento editorial se aquece com rapidez e admirável eficiência. Em dez de dezembro, menos de um mês desde a Declaração de Independência do país, funda-se a União dos Escritores Angolanos, constituindo a sua direção nomes como Agostinho Neto (poeta e primeiro Presidente da República Popular de Angola), Antônio Jacinto (poeta e membro do Comitê Central do MPLA) e José Luandino Vieira (ficcionalista, com passagens em cargos significativos nas áreas política e cultural). Alimentada pela euforia revolucionária, essa entidade empenha suas forças na publicação de inúmeros textos ainda reclusos às gavetas, em cujas linhas emergiam os sinais da sintonia com os movimentos libertários e a construção da identidade nacional. No calor dessa hora, algumas editoras portuguesas (Edições 70, Afrontamento e Caminho, por exemplo) e raras brasileiras (como a Codecri, a Vozes e a Ática) também vão contribuir para a veiculação deste repertório, reduzindo o problema do acesso aos textos através da publicação de títulos ou de periódicos voltados à área. Vale, todavia, acrescentar que essa divulgação

se fazia predominantemente através da reprodução via máquina Xerox, versão modernizada da multiplicação por mimeógrafo tão típica de textos politicamente engajados. (CHAVES, 1996, p.77)

Após quase meia década da fundação do ensino das Literaturas Africanas no Brasil, algumas reivindicações já foram atendidas e dificuldades minimizadas. Há autores africanos populares e premiados, a circulação dos seus textos foi facilitada pela Internet, editoras publicam suas obras em maior número, dissertações e teses já foram defendidas e muitas Universidades, espalhadas por regiões do Brasil além do eixo Sudeste, possuem em suas grades curriculares, a disciplina na Graduação e/ou na Pós. O quadro, enfim, não parece tão desalentador [...], entretanto, ainda não foram completamente superados alguns impasses, como o do desconhecimento da África, o da perseguição às suas manifestações culturais e religiosas, e o da sua entrada plena na grade da Educação básica, entre outras questões.

Com respeito aos cursos de Graduação, as cinco Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (mesmo se considerarmos uma habilitação como Português/Literaturas, na qual se oferecem mais detidamente as expressas na língua materna) não se elencavam como obrigatórias, conforme se dava com

a Portuguesa e a Brasileira. Estas, só com a última proposta de reformulação curricular, deixaram de ser assim catalogadas. Quando, salvo em um ou outro programa, as Africanas eram colocadas entre as optativas, elas apareciam com uma carga horária mínima, quando não se listavam entre as disciplinas de Literatura Portuguesa, recebendo, com variantes, a denominação genérica e abrangente de “Manifestações Literárias Ultramarinas”, mesmo depois das independências dos países africanos, em 1975. O quadro assim posto não deixa dúvidas de que a descolonização curricular não chegou para os legisladores brasileiros a que, compete normatizar a educação em nosso país. (PADILHA, 2010, p.4)

Além dos currículos ainda não estarem adequados às novas demandas sociais, o momento é de retrocessos e de perdas de direitos conquistados. As literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, apesar das diferenças de temas e abordagens de suas produções, têm em comum a busca por justiça, pela solidariedade, constituindo-se como testemunhos históricos de reação aos processos de desigualdade e da consequente reivindicação para espaços mais democráticos. Se o seu ensino ainda não é uma realidade, é preciso continuar na trilha deste itinerário.

REFERÊNCIAS:

- ABDALA, Benjamin (1996). “O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e as perspectivas dos estudos comparados de Literaturas de Língua Portuguesa”. In: SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (Org.). *Atas do I Seminário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, p.69-71.
- ALEGRE, Caetano da Costa (1994). “O sonho dantesco”. In: *Versos*. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, p.45.
- ANDRADE, Oswald de (1985). “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. 8.ed., Petrópolis: Vozes, p.326-331.
- BARBOSA, Jorge (2002). “Você, Brasil”. In: *Obra poética*. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, p.135-137.
- CANDIDO, Antonio (1987). “A literatura e a formação do homem”. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades.
- CHAVES, Rita (1996). “O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: utopia e precariedade”. In: SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (Org.). *Atas do I Seminário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, p.76-79.
- FERREIRA, José da Silva Maia (2002). “A minha terra”. In: *Espontaneidades da minha alma: às senhoras angolanas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, p.23-31.
- FERREIRA, Manuel (1989). “O ensino das Literaturas Africanas”. In: *O discurso no percurso africano I*. Lisboa: Plátano, p.260-268.
- GOMES, Nilma Lino (2012). “Relações etnicorraciais, educação e descolonização dos currículos”. In: *Currículo sem fronteiras* Jan/Abr,1 (12), p.98-109.
- LIMA, Norma Sueli Rosa (2016). “Literaturas em Curso: o pioneirismo de Dirce Côrtes Riedel”. In: *Matraga*. Rio de Janeiro: UERJ, 39 (23), p.68-87.

_____. “O ensino das Literaturas de Língua Portuguesa no Brasil”. In: *Diadorim*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1 (18), p.172-184.

LUGARINHO, Mário César (1996). “Por uma nova academia: o ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”. In: SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (Org.). *Atas do I Seminário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, p.80-82.

MACÊDO, Tânia (1995). “Indignação necessária: reflexões em torno do ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Brasil”. In: PADILHA, Laura Cavalcante (Org.). *I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: Repensando a Africanidade*. Niterói: Imprensa Universitária da UFF, p.275-280.

PADILHA, Laura Cavalcante (1997). “Entre obediência e rebelião”. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Orgs). *Navegar é preciso, viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG; Salvador: EdUFBa; Niterói: EdUFF, p.263-274.

_____. (2010). “O ensino e a crítica das Literaturas Africanas no Brasil: um caso de neocolonialidade e enfrentamento”. In: *Magistro*. Duque de Caxias: Unigranrio, p.02-15.

PETITAT, André (1994). *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

RIBEIRO, Roberto Janine. Publicação do Facebook. In <https://www.facebook.com/renato.janineribeiro>. Acesso em 27.Out.2016.

SCHWARZ, Roberto (1987). *Ao vencedor, as batatas*: forma literária e processo nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades.

Norma Sueli Rosa Lima é Doutora em literatura comparada pela UFF quando desenvolveu sua tese sobre as relações de leitura e de recepção de textos poéticos entre Brasil e Cabo Verde. Atualmente é professora adjunta da UERJ-FFP, atuando na área de literaturas africanas de língua portuguesa no mestrado em letras e linguística (PPLIN) da FFP-UERJ. Seu mais recente artigo, intitulado “Literaturas brasileira e cabo-verdiana para a aprendizagem afro-brasileira”, foi publicado na Revista Abril,

do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana – NEPA UFF. É pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), do grupo estudos cabo-verdianos de literatura e cultura, registrado no CNPQ e faz parte da comissão organizadora da ABRALIC. E-mail: norma.lima@uerj.br.

*Recebido em 28 de outubro de 2017.
Aprovado em 11 de dezembro de 2017.*